

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO -- 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 5/88:

Institui o dia 15 de Janeiro como o dia das Forças Armadas Revolucionária do Povo — FARP.

Decreto n.º 6/88:

Dá por finda a comissão de serviço de Ederlindo Francisco Gomes Ribeiro, major das FARP, no cargo de comandante geral da Polícia.

Decreto n.º 7/88:

Dá por finda a comissão de serviço de Bernardo Augusto Fortes de Oliveira, capitão das FSOP, no cargo de director-geral de Segurança Nacional.

Decreto n.º 8/88:

Dá por finda a comissão de serviço de Armando Augusto Ferreira Silva, major das FSOP, no cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Forças Armadas e da Segurança.

Decreto n.º 9/88:

Nomeia Armando Augusto Ferreira Silva, major das FSOP, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director-geral de Segurança Nacional.

Decreto n.º 10/88:

Nomeia Carlos Alberto de Carvalho, Major das FARP, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Forças Armadas e da Segurança.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Portaria n.º 2/88:

Declara instalados os juízos criados no Tribunal Regional da Praia pelo Decreto-Lei n.º 90/87, de 22 de Agosto.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Avisos e anúncios oficiais

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 5/88

de 30 de Janeiro

As Forças Armadas são uma instituição em que as tradições são respeitadas, preservadas e cultivadas.

Em Cabo Verde, há muito se sentiu a necessidade de dotar as Forças Armadas Revolucionárias do Povo, de um dia comemorativo.

Este dia teria necessariamente que simbolizar um facto nacional relacionado com as Forças Armadas e traduzir o passado glorioso da luta pela independência.

É com base nesses pressupostos que se elegeu o 15 de Janeiro de 1967 como o dia da formação das forças armadas nacionais.

Com efeito, foi nesta data que uma Unidade das FARP, a primeira formada por filhos da nossa terra, prestou perante o fundador da nacionalidade Amílcar Cabral o juramento de fidelidade.

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É instituído o dia 15 de Janeiro como o dia das Forças Armadas Revolucionárias do Povo — FARP.

Artigo 2.º

O dia das FARP será comemorado em todo o território nacional, nas instituições e Unidades militares.

Artigo 3.º

O dia das FARP será feriado para todos os militares, com excepção do pessoal escalado para o serviço diário.

Artigo 4.º

Este decreto entra imediatamente em vigor.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 6/88

de 30 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É dada por finda a comissão de serviço de Ederlindo Francisco Gomes Ribeiro, major das FARP, no cargo de comandante geral da Polícia.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 7/88

de 30 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É dada por finda a Comissão de serviço de Bernardo Augusto Fortes de Oliveira, Capitão das FSOP, no cargo de director geral de Segurança Nacional.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 8/88

de 30 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É dada por finda a comissão de serviço de Armando Augusto Ferreira Silva, major das FSOP, no cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Forças Armadas e da Segurança.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 9/88

de 30 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Armando Augusto Ferreira Silva, major das FSOP, para em comissão de serviço desempenhar as funções de director-geral de Segurança Nacional.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho — Arnaldo França — Renato Cardoso.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 10/88

de 30 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Carlos Alberto de Carvalho, major das FARP, para em comissão de serviço desempenhar as funções de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Forças Armadas e da Segurança.

Pedro Pires — Júlio de Carvalho — Arnaldo França — Renato Cardoso.

Promulgado em 22 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

— o s o —

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 2/88

de 30 de Janeiro

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo único. São declarados instalados os juízos criados no Tribunal Regional de 1.ª classe da Praia pelo Decreto-Lei n.º 90/87, de 22 de Agosto, publicado no *Boletim Oficial* n.º 34/87.

Ministério da Justiça, 18 de Janeiro de 1988. — O Ministro, *José Eduardo Araújo*.

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho conjunto dos Camaradas Primeiro Ministro e do Ministro das Forças Armadas e Segurança:

De 15 de Janeiro de 1988:

Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto do Oficial e do Sargento das FARP, são promovidos os seguintes oficiais aos postos que se indicam:

A Major:

Capitão Amílcar Salazar Moreira Monteiro Baptista.
Capitão Mário Augusto Lima Moreira.
Capitão Antero Matos.
Capitão Daniel Gomes Miranda.
Capitão António Marinho Dias.

A Capitão:

1.º Tenente Eliseu Sousa Lopes.
1.º Tenente Augustin Borges Pereira.
1.º Tenente Emanuel Mendes Tavares.
1.º Tenente Augustin Sagná.
1.º Tenente Pedro dos Reis Brito.
1.º Tenente César Augusto Lélis Fortes.
1.º Tenente Emanuel Almeida Brito.
1.º Tenente António Carlos Alberto Pais Lopes Moniz.
1.º Tenente António Carlos Tavares.
1.º Tenente Júlio César de Sousa Monteiro.

Nos termos das disposições do n.º 2 do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal das Forças de Segurança e Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/84, são promovidos aos postos que se indicam, os seguintes oficiais:

A Major:

Capitão Armando Augusto Ferreira Silva.
Capitão Isildo Armando Silva.
Capitão Bernardo Augusto Fortes de Oliveira.

A Capitão:

1.º Tenente Jorge Andrade.
1.º Tenente Ricardino Pereira Barros.
1.º Tenente Américo Faria Medina.
1.º Tenente Ernesto Marinha Medina, Júnior.
1.º Tenente Augusto Bernardino Pinheiro, Júnior.
1.º Tenente António Luís Vieira e Silva.

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 12 de Novembro de 1987:

Eugénia Gregória Gomes, técnica profissional de 2.º nível, 3.ª classe, provisória, colocada na Direcção-Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo:

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 15 de Janeiro de 1988).

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo:

De 19 de Outubro de 1987:

Carlos Alberto Costa da Cruz, técnico superior de 3.ª classe, provisório da Direcção-Geral do Comércio — promovido nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Janeiro de 1988).

De 26:

João Francisco Vaz Sanches Cardoso, adjunto de faroleiro-chefe, da Direcção-Geral de Marinha e Portos — punido com a pena do n.º 5 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, suspensão de exercício e vencimentos pelo período de 30 dias.

De 2 de Novembro:

Carlos Alberto Ramos Gomes, 3.º oficial, da Direcção-Geral de Marinha e Portos — punido com a pena do n.º 7 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, graduada em 18 meses.

De 5:

José João Alves — nomeado, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer interinamente, o cargo de sub-chefe da Polícia Marítima da Capitania dos Portos

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

De 24:

Benvindo Andrade Ramos, motorista da Direcção-Geral da Marinha e Portos — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 10 de Dezembro:

Maria da Luz Luciana Silva — nomeada, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral de Marinha e Portos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

Despacho do Camarada Ministro das Forças Armadas e da Segurança:

De 15 de Janeiro de 1988:

José Rui Sanches Alves, técnico auxiliar de 2.ª classe, do Estado Maior das FARP, em comissão de serviço como secretário do Ministro das Forças Armadas e da Segurança — dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 15 de Janeiro do corrente ano.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 20 de Outubro de 1987:

Alcides Soares de Carvalho, técnico auxiliar principal da Direcção-Geral da Conservação de Solos Florestas e Engenharia Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — punido com a pena do n.º 5 do artigo do Estatuto do Funcionalismo, graduada em 120 (cento e vinte) dias de suspensão de exercício e de vencimentos.

De 1 de Novembro:

Manuel Ernesto Delgado, técnico superior de 3.ª classe, do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — designado, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 74/86, de 25 de Outubro, para substituir o director dos Serviços Florestais da Direcção-Geral da Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural, durante a ausência do mesmo em gozo de 45 dias de licença disciplinar, com efeitos a partir de 15 de Outubro do corrente ano.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 7 de Dezembro:

Carlos Eduardo Pinheiro Silva, técnico superior de 1.ª classe de nomeação provisória, do Instituto Nacional de Investigação Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Rural

e Pescas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do subsídio atribuído ao I.N.I.A., código 38.º, n.º 1.

Manuel Sanches da Luz, condutor-auto de 1.ª classe, de nomeação provisória, do Centro de Máquinas e Equipamento do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 11:

Manuel Matos Júnior, técnico de 1.ª classe do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas em serviço na ilha de S. Vicente — transferido, por conveniência de serviço, para a Direcção Regional de Santo Antão.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, em substituição do Camarada Ministro da Educação:

De 27 de Abril de 1987:

Domingos Alves Varela — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de guarda nocturno da Delegação da Inspeção Escolar da Divisão do Ensino Básico Elementar de Santa Cruz.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 20.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 3 de Novembro de 1987:

Isabel Ascensão Fortes, contínuo, contratado, do Liceu «Ludgero Lima» — concedida a 2.ª diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 154/79, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 8 de Maio de 1987.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 27.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 4:

Inês Iolanda Emília Maria de Lourdes Barbosa Vicente Brito Lopes da Silva, professora do 4.º nível, 3.ª classe, em exercício no Liceu «Domingos Ramos» — concedida a mudança de escalão correspondente a 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, conjugado com o n.º 2 do artigo 26.º do mesmo diploma e artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 1988).

São nomeados, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, os seguintes indivíduos habilitados com o curso médio de Educação Física, colocados nas Escolas abaixo indicadas:

Da Escola do Ensino Básico Complementar da Boa Vista a):

Armando dos Santos Gomes.

Da Escola do Ensino Básico Complementar do Sal b):

João Manuel Silva Pires Ferreira.

Da Escola do Ensino Básico Complementar do Porto Novo c):

Manuel da Silva Lopes.

Da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa» d):

Armando Caetano Soares.

Da Escola do Ensino Básico Complementar da Ribeira Grande e):

Ildo Emanuel Lopes do Rosário.

a) Capítulo 1.º, divisão 16.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

b) Capítulo 1.º, divisão 23.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

c) Capítulo 1.º, divisão 21.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

d) Capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

e) Capítulo 1.º, divisão 14.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 13:

Celestina Maurício Neves, professora do 2.º nível, 1.ª classe, do Ensino Básico Elementar — concedida a mudança de escalão correspondente a professora principal, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/86, conjugado com o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Alice Gomes Fernandes Matos, professora do 4.º nível, 3.ª classe, provisório, do Liceu «Dom'ngos Ramos» — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 26.º do mesmo diploma e artigo 50.ª do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 18:

Ana Maria Borja Spencer Salomão Mascarenhas, professora do 4.º nível, 2.ª classe, do Liceu «Ludgero Lima», provisório — concedida a mudança de escalão correspondente

à 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 26.º do mesmo diploma e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 27.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 1988).

Josefa Quebra Tavares, professora do 2.º nível, 3.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Educação — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

Maria Natividade Olim Vieira Viúla Rodrigues, professora do 2.º nível, 3.ª classe, do quadro provisório do Ensino Básico Elementar — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 22 de Janeiro de 1988).

Maria Barbosa Vicente — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Divisão do Ensino Básico Elementar, ficando colocada na Delegação Escolar do Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Raimundo Fernandes — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de guarda nocturno da Escola do Ensino Básico Complementar «Eugénio Tavares».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

De 29 de Dezembro:

Alfredo Manuel Sousa Chantre, professor do 2.º nível, em exercício na Direcção Extra Escolar e Divisão de Alfabetização de Adultos, concelho da Praia — transferido para o concelho do Porto Novo, como coordenador de Alfabetização.

De 31:

Ana Semedo Tavares — nomeada, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Janeiro de 1988).

De 8 de Janeiro de 1988:

Margarida Pires Ferreira de Morais, professora do 2.º nível, 1.ª classe, com colocação no concelho do Sal — transferida, a seu pedido, para a Escola n.º 10, do Coculí, da Ribeira Grande.

Maria Helena da Conceição dos Santos, professora de posto escolar, em exercício na Escola n.º 18, de Madeiral — exonerada, a seu pedido, das referidas funções.

De 9:

Antonino Oliveira Martins, professor de posto profissionalizado — concedida licença ilimitada, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 1/87, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1988.

Edith da Silva Borges, professora eventual do 4.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa» — exonerada a seu pedido, com efeitos a partir de 1 do corrente mês de Janeiro.

Maria José de Pina Monteiro, professora de posto escolar, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença por mais 6 (seis) meses, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988.

Despachos do Camarada Ministro da Informação Cultural e Desportos:

De 23 de Setembro de 1987:

Octávio da Cruz Gomes — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de condutor de ligeiros de 3.ª classe da Televisão Experimental de Cabo Verde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 38.33; do orçamento vigente da TEVC. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1987).

De 21 de Dezembro:

Manuel António Barbosa Barros, condutor-auto de ligeiros de 1.ª classe, do Instituto Caboverdiano do Livro — exonerado, a seu pedido do referido cargo com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1988.

Despachos do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo:

De 26 de Novembro de 1987:

Helena Maria Pereira Matos — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível, de 3.ª classe do Serviço Nacional de Cartografia do Ministério da Administração Local e Urbanismo, ficando colocada na Delegação Regional da Administração Local e Urbanismo, em S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

De 28:

Carlos Alberto Fortes Lima, técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Conservação de Solos, Engenharia Rural e Florestas do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado, para nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 3.º da Portaria n.º 66/87, de 21 de Novembro, exercer em comissão de serviço, o cargo de director técnico do Plano Sanitário da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no orçamento e Plano Sanitário da Praia. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Janeiro de 1988).

De 14 de Dezembro:

Júlio Spencer Lopes dos Santos, arquitecto, técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 15 de Janeiro de 1988:

Álvaro Semedo Moreno; habilitado com o Curso de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo — CENFA — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 15.º e 16.º ambos do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro para exercer, provisoriamente o cargo de técnico profissional do 1.º nível de 3.ª classe da Direcção-Geral da Administração Local, ficando exonerado das funções de 3.º oficial interino da mesma Direcção-Geral a partir da data da posse do novo cargo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 1988).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 4 de Novembro de 1987:

Dr. João Baptista Ferreira Medina, técnico superior de 2.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital Dr. «Agostinho Neto» — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

De 11:

Maria de Fátima Lopes da Silva Gonçalves, licenciada em Medicina — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada em S. Vicente.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Janeiro de 1988).

De 29 de Dezembro de 1987:

Adelina Vaz Semedo, contínuo da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres do Ministério das Obras Públicas — autorizada a beneficiar em Portugal das disposições do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79.

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 18 de Janeiro de 1988;

Arlindo Mendes Almeida, supervisor das oficinas do quadro da Direcção Regional de Santiago das Obras Públicas — concedidos 6 (seis) meses de licença registada, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 1987.

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 15 de Dezembro de 1987:

Maria Teresa Mendes, adjunto de secretário de Finanças, definitivo, da Direcção-Geral de Finanças — promovido, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a secretário de Finanças de 3.ª classe, da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

Alfredo Guy Correia dos Santos e Maria Deolinda S. Fernandes Teixeira, adjuntos de secretário de Finanças, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Finanças — promovidos, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a secretário de Finanças de 3.ª classe.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Janeiro de 1988).

Maria Teresa Barbosa Mendes, secretário de Finanças estagiário, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Finanças — promovida, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a adjunto de secretário de Finanças.

São promovidos, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a secretário de Finanças de 3.ª classe, os seguintes adjuntos de secretário de Finanças, definitivos, da Direcção-Geral de Finanças:

Adriano Fortes Lopes;
Adelaide Carvalho de Sena;
Elias Correia Furtado;
Eurico Brito Lopes da Silva;
Rui Alberto dos Santos Azevedo;
Maria Antonita Silva Abreu Martins.

Francisco David Lima e José Maria Fermino, secretários de Finanças de 3.ª classe, definitivos, da Direcção-Geral de Finanças — promovidos, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a secretário de Finanças de 2.ª classe.

Ana Ilda Lopes Cabral, 3.º oficial, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Finanças — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a 2.º oficial.

João Luis Barbosa Vicente, adjunto do secretário de Finanças, da Direcção-Geral de Finanças — promovido, nos termos do Decreto n.º 50/84, de 9 de Junho, conjugado com o artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a secretário de Finanças de 3.ª classe.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 1988).

De 30:

António Lima Araújo — nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de juiz-presidente do Tribunal Fiscal-Aduaneiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 51/85, de 11 de Maio e 60/87, de 30 de Junho, respectivamente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Janeiro de 1988).

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Pescas:

De 15 de Setembro de 1987:

José Manuel Miranda Semedo, técnico profissional de 2.º nível de 3.ª classe, da Direcção de Biologia Marítima — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Alcides Mendonça Barreto, técnico profissional de 2.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Biologia Marítima — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo:

De 2 de Dezembro:

José Luís Lopes Fernandes, técnico profissional do 3.º nível de 3.ª classe da Direcção de Biologia Marítima — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 26 de Janeiro de 1988:

João do Nascimento de Burgo Correia Tavares, funcionário aposentado; exercendo as funções na área administrativa e financeira da Televisão Experimental de Cabo Verde — rescindido o referido contrato, a partir da data em que for empossado no cargo de director de Serviços da Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Secretariado Administrativo da Praia:

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 21 de Janeiro de 1988:

Dulceneia Hungria Silva Brito, professora do Ensino Primário Elementar — conta, para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 25 de Outubro de 1976 a 31 de Outubro de 1987	10	—	7

Maria José Barbosa Afonso, professora de posto escolar, contratada — conta, para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 2 de Outubro de 1978 a 31 de Julho de 1979	—	10	—
De 2 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980	—	10	—
De 5 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981	—	0	27
De 4 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982	—	0	28
De 15 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983	—	0	17
De 20 de Outubro de 1983 a 31 de Julho de 1984	—	0	12
De 7 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985	—	0	25
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986	—	10	1
Total	5	18	11

De 27 de Janeiro de 1988:

Maria de Fátima de Carvalho Varela, professora de posto profissionalizada (2.º nível, 3.ª classe) — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 3 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981... ..	—	9	29
De 5 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982... ..	—	9	27
De 13 de Outubro de 1982 a 31 de Julho de 1983... ..	—	9	19
De 1 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984... ..	—	9	1
De 7 de Outubro de 1984 a 31 de Julho de 1985... ..	—	9	25
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Julho de 1986... ..	—	9	25
De 1 de Outubro de 1986 a 30 de Novembro de 1986... ..	—	2	—
Total	5	6	

Isabel Moreira de Carvalho, professora de posto profissionalizado (2.º nível, 2.ª classe), de nomeação definitiva — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

De 27 de Novembro de 1975 a 31 de Julho de 1976... ..	—	8	5
De 1 de Novembro de 1976 a 30 de Junho de 1977... ..	—	8	—
De 3 de Outubro de 1977 a 31 de Outubro de 1986	9	—	29
Total	10	5	4

Silvestre Cardoso Fernandes, professor de posto escolar, profissionalizado de (2.º nível, 3.ª classe) — conta, para efeitos de mudança de classe, o seguinte tempo de serviço, prestado ao Estado:

De 1 de Outubro de 1979 a 31 de Julho de 1980... ..	—	10	1
De 3 de Outubro de 1980 a 31 de Julho de 1981... ..	—	9	29
De 5 de Outubro de 1981 a 31 de Julho de 1982... ..	—	9	27
De 19 de Outubro de 1982 a 30 de Agosto de 1983... ..	—	10	17
De 1 de Novembro de 1983 a 31 de Julho de 1984... ..	—	9	—
De 11 de Outubro de 1984 a 30 de Junho de 1985	—	9	—
De 1 de Outubro de 1985 a 31 de Junho de 1986	—	10	1
De 1 de Outubro de 1986 a 30 de Novembro de 1986... ..	—	2	—
Total	5	10	15

Despacho do Camarada Director-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, por delegação do Ministro:

De 13 de Janeiro de 1988:

Manuel António Monteiro Teixeira, auxiliar de 1.ª classe da Direcção-Geral da Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — concedidos 2 (dois meses de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 15 de Janeiro do corrente ano.

Despacho do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 31 de Dezembro de 1987:

Maria Filomena Andrade do Canto, professora do posto escolar, contratada — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 28 de Dezembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Que seja evacuada para S. Vicente para realização de exames ecodopoplético, por se encontrarem esgotados os nossos recursos locais de diagnóstico».

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde Trabalho e Assuntos Sociais:

De 15 de Dezembro de 1987:

Margarida Maria Delgado Jesus Andrade, professora — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Dezembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Apta a retomar o seu trabalho».

De 21:

Emília Arcângela Craveiro Rocha, professora, aposentada — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 17 de Dezembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o seu regresso de Portugal»:

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que o despacho do Camarada Ministro da Educação, de 11 de Dezembro de 1986, respeitante ao contrato de prestação de serviço de Manuela Carvalho Moreno, no cargo de professora de posto escolar, foi visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988.

Para os devidos efeitos se comunica que o despacho do Camarada Ministro da Educação, de 16 de Dezembro de 1987, respeitante ao contrato de prestação de serviço de Maria de Fátima Silva Fernandes, no cargo de professora de posto escolar, foi visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988.

Para os devidos efeitos se comunica que faleceu no dia 30 de Dezembro, em Achada Igreja dos Picos, o professor profissionalizado, Roberto Mendes Lopes.

Para os devidos efeitos se comunica que foi visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Janeiro de 1988, o contrato de prestação de serviço de Manuel de Jesus Ramos, no cargo de monitor especial de Educação Física, da Direcção da Educação Física e Desporto Escolar, publicado no *Boletim Oficial* n.º 43/87.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 28 de Janeiro de 1988. — Pelo Director-Geral, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 2.ª classe.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega do Mindelo

EDITAL

Miguel Máximo dos Reis, reverificador-chefe do quadro técnico Aduaneiro deste Estado Director; por substituição desta Casa Fiscal.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas, constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 31/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

2 volumes com marca METALCAVE, contendo máquina de escrever, constantes da C. P. n.º 00203302;

1 volume constante da C. P. n.º 29639676 com marca Inaki Rodrigues Marcos;

1 volume constante da C. P. n.º n.º 40155043 com CABNAVE;

2 volumes com televisores e video constantes da C. P. n.º 00289306 com marca Pedro Fortes;

2 volumes com peças constantes da C. P. n.º 00291661 com marca Carlos Alberto Mões;

1 volume constante da C. P. n.º 42593176 com marca METALCAVE c/ CABNAVE,

2 volumes constante da C. P. n.º 31355505 com marca Casa do Leão;

1 volume constante da C. P. n.º 29896112 com marca B. C. V. — CABNAVE;

1 volume constante da C. P. n.º 29116861 com marca Hospital Baptista de Sousa;

1 volume constante da C. P. n.º 00036503 com marca CABNAVE;

1 volume com bagagem constante da C. P. n.º 40402240, com marca Maria de Fátima Andrade;

1 fogão avariado constante da C. P. n.º 40037852, com Marca Maria Iolanda Soares;

5 volumes constantes da C. P. n.º 35229926 com marca Nuno Franco c/ CABNAVE;

2 volumes com embalagens de cigarro, constantes da C. P. n.º 28733736 com marca Companhia de Tabacos de Cabo Verde;

1 volume constante da C. P. n.º 00036923 com marca CABNAVE;

3 volumes constantes das C. P. 00036923, 30013561 da C. P. n.º 287337736 com marca Companhia de Tabacos

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*,

Alfândega do Mindelo, 13 de Janeiro de 1988. — Pelo Director, Miguel Máximo dos Reis, reverificador-chefe. (13)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente ~~raulma~~ Ana Gertrudes, solteira, doméstica, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa — S. Nicolau, residente na Estância de Bráz, filha de José Miguel Nascimento, correm éditos de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido que consiste na seguinte modificação de nome:

Paula Ana Gertrudes para Paulina Ana de Brito, nome pelo qual é conhecida e tratada por todos desde o seu nascimento;

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 21 de Dezembro de 1987. — O Director-Geral, David Almir Ramos.

(14)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente Pedro António Nascimento, casado, proprietário, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, conoelho de S. Nicolau, filho de António Gomes Semedo e de Maria Ramos Semedo, residente em Fajã de Baixo, correm éditos de 30 dias a contar de 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido que consiste na seguinte modificação de nome:

Pedro António do Nascimento para Pedro Nascimento Semedo; nome pelo qual é conhecido e tratado por todos desde o seu nascimento:

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 16 de Janeiro de 1987. — O Director-Geral, *David Almir Ramos*.

(15)

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de S. Vicente

Notário: JERÓNIMO CARDOSO DA SILVA

EXTRACTO

Certifico narrativamente que, por escritura de 7 de Janeiro de 1988, lavrada de folhas 90 a 91v.º, do livro de notas para escrituras diversas, n.º 23, deste Cartório Notarial, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, entre Agualdo da Paz Monteiro e Aponino Almeida, que regerá nos termos dos artigos seguintes:

Artigo Primeiro — A sociedade adopta a designação Aguilnel, Limitada, tem sede em Mindelo — S. Vicente, podendo estabelecer delegações ou quaisquer outras dependências noutros concelhos do país e no estrangeiro.

Artigo Segundo — O objecto da sociedade é o exercício de actividades ligadas à pesca artesanal e industrial podendo dedicar a quaisquer outras actividades por deliberação da assembleia geral.

Artigo Terceiro — A duração é por tempo indeterminado.

Artigo Quarto — O capital social é de dois milhões de escudos, está totalmente realizado e corresponde à soma das quotas dos sócios assim distribuída: — a) Agualdo da Paz Monteiro 1 000 000\$ (um milhão de escudos); — b) Aponino Almeida 1 000 000\$ (um milhão de escudos).

Artigo Quinto — A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas a cessão a favor de terceiros carece do consentimento prévio e por escrito da sociedade.

Artigo Sexto — A gerência e representação da sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Agualdo da Paz Monteiro que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução.

Artigo Sétimo — A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros documentos estranhos aos fins sociais.

Artigo Oitavo — A sociedade poderá nomear procuradores que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites dos respectivos mandatos e o sócio gerente poderá delegar os seus poderes no todo ou em parte a pessoa da sua confiança, mediante procuração bastante.

Artigo Nono — As assembleias gerais, quando a lei não impuser forma especial de convocação, serão convocadas por qualquer dos sócios por carta registada com aviso de recepção, com uma antecedência não inferior a trinta dias.

Artigo Déimo — A sociedade não se dissolverá pela vontade, renúncia, morte ou interdição de um sócio mas apenas nos casos previstos na lei.

Parágrafo Único — Quanto aos herdeiros de sócio falecido, a sociedade reserva-se o direito de:

- a) Se lhe interessar a continuação deles ha sociedade, eles nomearão um de entre si que a todos nela a represente;
- b) Se não lhe interessar a continuação delés na sociedade, procederá à respectiva amortização de quota, pagameño esse que será feito mediante valor apurado num balanço expressamente dado para o efeito em prestação a combinar.

Artigo Décimo Primeiro — Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão o destino que for determinado pela assembleia geral, que poderá decidir pela sua não distribuição dos sócios.

Artigo Décimo Segundo — Em caso de dissolução competirá à Assembleia Geral nomear o liquidatário.

Artigo Décimo Terceiro — O ano é o civil.

Artigo Décimo Quarto — Em todo o omissio rege a legislação em vigor aplicável a sociedades por quotas.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos 9 de Janeiro de 1988. — O Notário, *Jerónimo Cardoso da Silva*.

(16)

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto novamente se publica:

Clube do Mindelo

S. Vicente — Cabo Verde

COMUNICADO

Para os correspondentes efeitos se comunica que, em reunião da Assembleia Geral do Clube Mindelo, realizada em 23 de Março de 1987, foram eleitos os seguintes Corpos Gerentes para o biénio 1987/89, tendo os seus membros sido empossados no dia 6 de Abril:

Assembleia Geral:

Presidente — Humberto Ramos Dias;
Secretários — Silvestre Lopes da Silva; Arlindo Zacarias Silva;

Direcção:

Presidente — Alfredo Ferreira Fortes;
Secretário — José Pedro Andrade;
Tesoureiro — Humberto Faria;
Vogais — José Semedo Cabral e Eurico Pinto Brito.

Conselho Fiscal:

Presidente — Nuno Alvares Vasconcelos;
Vogal — Orlando Antão Sousa;
Relator — Laurindo Ramos Dias.

Mindelo, em S. Vicente; 7 de Novembro de 1987. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Humberto Ramos Dias*.

Segue-se o reconhecimento.

(17)